



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PARECER TÉCNICO

08

Considerando certame licitatório referente à Tomada de Preço nº 009/2022, processo nº 4675/2022, e pedido de esclarecimento da empresa RL DA SILVA ARAUJO SERVIÇOS E COMERCIOS por meio do processo nº 8712/2022, o Setor Técnico vem por meio deste esclarecer o questionamento realizado pela empresa.

A empresa vem questionar o edital deste certame sobre o item contido no caderno de encargos que vem mencionar no item X e subitem 11 tal afirmação abaixo:

“A Fiscalização terá plena autoridade para suspender por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivos técnicos de segurança, disciplinares ou outros. Neste caso os serviços só poderão ser reiniciados por nova ordem da Fiscalização”.

O Setor vem esclarecer o referido item, com o intuito de ratificar e buscar auxiliar a empresa quanto a compreensão do texto redigido em Edital no que se refere ao item apontado.

Seguem as considerações:

- O fiscal tem a incumbência de acompanhar a execução das obras e averiguar o bom cumprimento do contrato em todos os seus aspectos, verificar se os projetos estão sendo executados *in loco* de acordo com o estabelecido e orientar a execução da mesma, além das demais atribuições pertinentes;
- O fiscal deverá, por meio do acompanhamento da execução da obra e de fatos devidamente comprovados, observar o andamento da mesma, podendo apontar vícios que poderão causar patologias, erros de execução de estruturas, não cumprimento na execução do projeto ou especificações, atrasos injustificados, falta de segurança e até mesmo descumprimento das normas técnicas, dentre outros;
- O Art. 78 da Lei nº 8666/93 e seus Incisos vem explanar tais paralizações e rescisões que a administração pode realizar;

Ilumina

[Signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Ante exposto acima, elucidamos que pode haver o pedido de suspensão parcial ou total da continuidade da obra caso algum problema seja detectado como exemplos citados acima, e, após sanados os problemas encontrados, a fiscalização pode permitir o retorno das atividades. Informamos ainda e ratificamos que o texto do referido Edital está correto e amparado pela Lei nº 8666/93. A fiscalização das obras públicas tem árduo trabalho de acompanhamento das obras e nenhuma medida é tomada estando tudo em consonância com o licitado.

São José do Vale Do Rio Preto – RJ, 21 de outubro de 2022.

Brenda Magrani da Cunha
Diretora de Obras
Matrícula: 3870

Brenda Magrani da Cunha
Diretora de Obras

André da Silva Gonçalves
Diretor Técnico

ANDRÉ DA SILVA GONÇALVES
Diretor Técnico do Planejamento
Mat: 4133